

SUDAM INCENTIVOS FISCAIS

ATRAINDO INVESTIMENTOS, EMPREGOS E RENDA NA AMAZÔNIA

Pólo Industrial de Manaus



Foto divulgação

Superintendência do
Desenvolvimento
da Amazônia

Ministério da
Integração
Nacional



Caro leitor.

Chegamos à edição Nº 2 da nossa coletânea de publicações especiais da Sudam. Na primeira edição falamos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Desta vez vamos apresentar à sociedade, a política de incentivos fiscais do governo Federal que está sendo desenvolvida com muito empenho, desde o ano de 2003, com as atividades da extinta ADA, até os tempos atuais com a instalação da nova Sudam. Desde então, a história desta Agência de Desenvolvimento acumula a superação de desafios para tornar essa política pública, uma ferramenta de fato eficaz ao processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ao longo dessa edição, faremos um resgate de todo o trabalho que vem sendo efetivado pela equipe técnica da Sudam, no sentido de atender com eficiência e eficácia, a um maior número de projetos na esfera do que rege a legislação vigente. Vale destacar, que nossa atuação tem saldo positivo, à medida que os incentivos fiscais têm alcançado todos os estados da Amazônia Legal, inclusive os de menor dinamismo econômico. Ademais, superamos a demora na

análise, passando a aprovar os projetos em tempo real, resultado do treinamento e reciclagem da equipe técnica, da redução dos trâmites burocráticos, da sistematização e informatização dos processos e, por fim, da motivação permanente aos analistas de Projetos. Outro destaque, apresenta-se o início da operação na Região, das demais modalidades de incentivos fiscais, como o Reinvestimento e a Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, que ao lado da Redução do IRPJ e do FDA, têm consolidado o papel da Sudam na atração de investimentos para a Amazônia.

A geração e/ou manutenção de novos postos de trabalho, a inovação tecnológica e a competitividade das empresas são, sem dúvida, os maiores resultados dessa atuação institucional. Convidamos a todos a ler com atenção o que as páginas a seguir apresentam para, juntos, fortalecermos a Sudam como órgão de referência no desenvolvimento da região amazônica. Boa leitura!

*Superintendente da Sudam



Djalma Mello*

Expediente

Sudam Informe - Edição Especial – Incentivos Fiscais da Sudam - Novembro/2010
Publicação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam

Ministro da Integração Nacional - [João Reis Santana Filho](#)

Superintendente da Sudam – [Djalma Mello](#)

Dir. de Administração – [Georgett Cavalcante](#)

Dir. de Planejamento e Articulação de Políticas – [Pepeu Garcia](#)

Dir. de Gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos – [Inocêncio Gasparim](#)

Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais da SUDAM – [Indalécio Pacheco](#)

Ascom – Assessoria de Comunicação Social e Marketing

[Leidemar Oliveira](#), [Robson Silva](#), [Marilena Vasconcelos](#), [Antonio Praxedes](#).

E-mail – ascom@sudam.gov.br

Reprografia/Sudam – [Diagramação e Impressão](#)

[Waldemar Figueiredo](#), [Manoel Tolosa](#), [Juliano Watrin](#),

[Walter Figueiredo](#), [Manoel Conceição](#) e [Wesley Saraiva](#)



Ministério da
Integração
Nacional



Sumário

Incentivos fiscais promovem geração de emprego e competitividade das empresas
pág. 04



Incentivos estão presentes em toda a Amazônia
pág. 06

Amazonas é campeão de projetos
pág. 07



Setores prioritários ao Desenvolvimento Regional são beneficiados
pág. 10



Palestras e treinamentos divulgam benefícios na Amazônia
pág. 15



Artigo: Indalécio Pacheco
O que a Amazônia ganha com os incentivos fiscais
pág. 16



Sudam incentiva empresas que investem em responsabilidade social
pág. 17

Outras Notícias

Marco Regulatório define IF na Amazônia
pág. 08

Escritórios de projetos são parceiros na agilização do atendimento
pág. 12

Artigo: José Conrado (Fiepa)
pág. 14

Projetos são aprovados em até 45 dias
pág. 15

Entrevista: Inocêncio Gasparim
pág. 18

Incentivos fiscais promovem geração de

O governo federal adotou a política de incentivos fiscais para a Amazônia com o objetivo maior de elevar a base competitiva das empresas locais e, a partir disso, desencadear outros benefícios econômico-sociais capazes de colaborar com o processo de desenvolvimento da Amazônia, reduzindo as desigualdades ainda presentes na região.

Os incentivos fiscais, que consistem na redução em 75% do Imposto de Renda, no Reinvestimento e 30% IRPJ, na isenção da Taxa da Marinha

Mercante e na Depreciação Acelerada, são instrumentos fundamentais de atração de investimentos à região, fazendo da Amazônia uma região importante para o cenário econômico do país. Com o incentivo fiscal, as empresas garantem a geração de emprego e renda e aumentam a sua competitividade. Nos últimos três anos, os investimentos originados a partir desses incentivos foram de aproximadamente R\$10 bilhões, o que permitiu manter ou gerar cerca de 490 mil postos de trabalhos, diretos e indiretos. Nesse período, as

empresas beneficiadas mantiveram ou atraíram para a região cerca de R\$35 bilhões.

Nos últimos três anos, os investimentos originados a partir dos incentivos fiscais foram de aproximadamente R\$10 bilhões, o que permitiu manter ou gerar cerca de 490 mil postos de trabalhos, diretos e indiretos.



Empregos gerados e/ou mantidos

UF	EMPREGOS DIRETOS	EMPREGOS INDIRETOS	EMPREGOS TOTAIS
AC	323	969	1.292
AM	81.345	244.035	325.380
AP	402	1.206	1.608
MA	1.932	5.796	7.728
MT	13.020	39.060	52.080
PA	17.424	52.272	69.696
RO	3.520	10.560	14.080
RR	33	99	132
TO	945	2.835	3.780
TOTAL	118.944	356.832	475.776

Fonte: CIBFF/SUDAM

A Amazônia descortina, hoje, uma nova realidade que vem exercendo influência positiva na auto-estima do povo que a habita. Muito além da elevação da base competitiva das empresas locais, a nova política de incentivos fiscais do governo federal tem como finalidade principal a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do homem amazônida. A Amazônia é uma região tradicionalmente carente de oportunidades de trabalho e emprego e com uma geração de renda precária que não vinha suprindo as necessidades

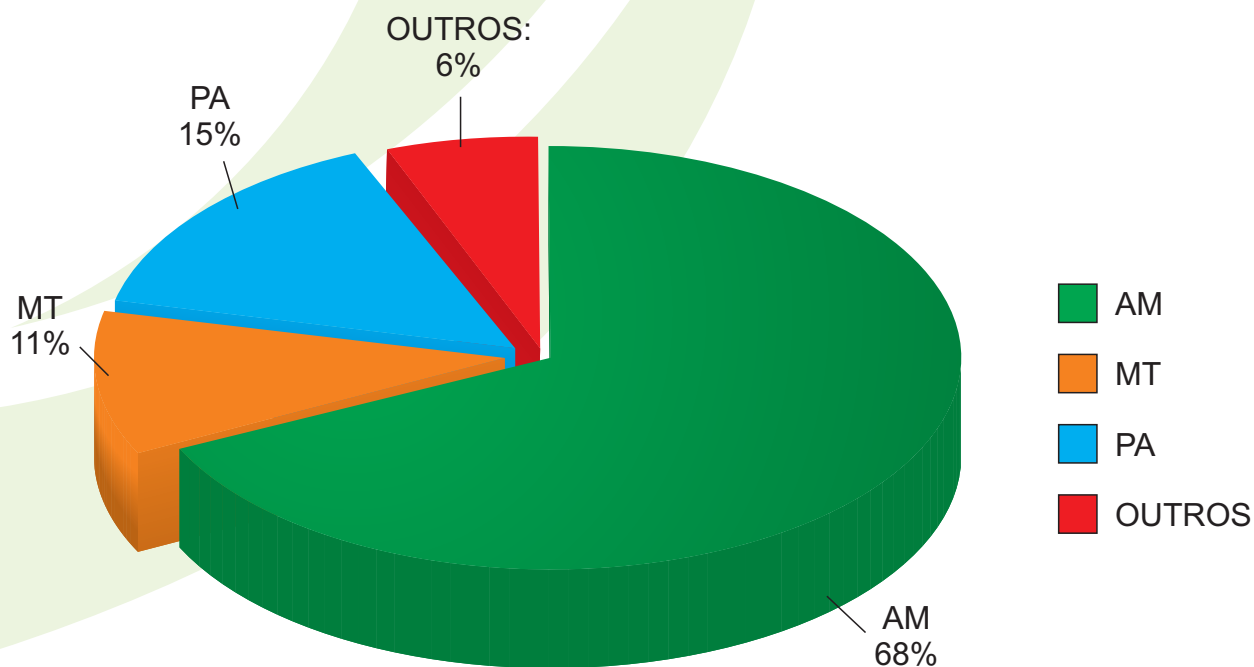
básicas dos seus habitantes. Com a política de incentivos fiscais e a atração de investimentos vultosos para os seus estados-membros, por parte de empresas de grande porte, necessariamente ocorrem melhoramentos infraestruturais que trazem consigo a possibilidade de instalação de novos empreendimentos, e, conseqüentemente, o aumento na geração de empregos com melhor distribuição de renda.

Com os incentivos fiscais, a partir de 2007 até agora, estima-se que foram gerados cerca de 490 mil

empregos diretos e indiretos com a aprovação dos projetos.

Os estado com o maior número de projetos são Amazonas e Pará. Esse índice reflete o maior crescimento da geração de emprego nesses estados. No Amazonas, foram gerados e/ou mantidos 244.035 empregos, seguido do Pará com 52.272 e Mato Grosso com 39.060. Os Estados de menor demanda, como o Acre, Amapá e Roraima refletem um menor índice de geração de emprego em relação aos demais Estados.

EMPREGOS GERADOS DIRETOS E INDIRETOS



Fonte: CIBFF/SUDAM

Incentivos estão presentes em toda a Amazônia

Estados menores começam a aumentar demanda por projetos

Impulsionar o desenvolvimento da Amazônia Legal. É esse o principal objetivo da política de incentivos fiscais da Sudam que está presente em todos os nove estados da Amazônia, graças ao amplo trabalho de divulgação e mobilização dos técnicos da instituição junto às classes política e empresarial, principalmente em parceria com as Federações de Indústrias.

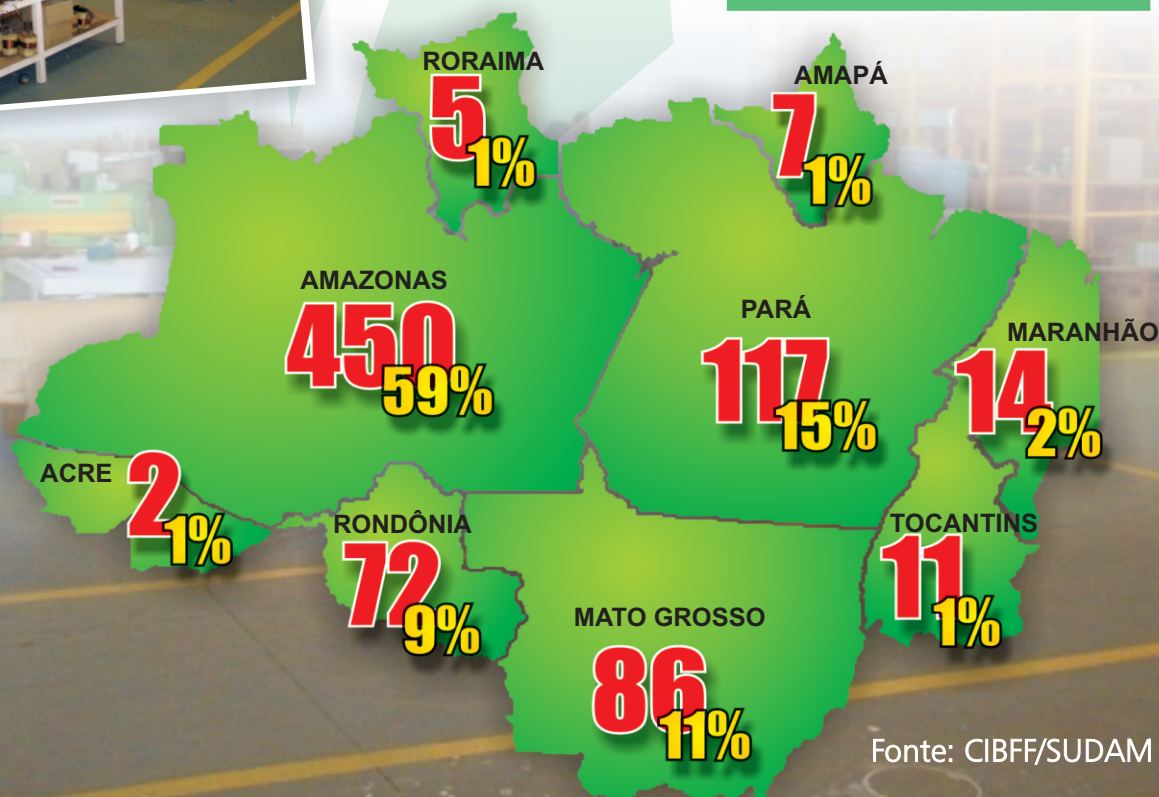
Desde 2007, mais de 800 projetos de incentivos fiscais e financiamentos receberam a aprovação da Sudam. O estado com maior número de projetos aprovados é o Amazonas, com 450, seguido do Pará com 117, e do Mato Grosso com 86.

Outros estados como o Acre, Roraima e o Amapá, embora com menor número de projetos atendidos, já começam a despertar o interesse para os benefícios concedidos pela Sudam. É o caso, por exemplo, da empresa acreana ITS - Indústria de Transformadores Sulamericana, que atua na fabricação de transformadores elétricos e que já é beneficiada pela redução do

IRPJ. “Com o incentivo fiscal da Sudam, a empresa elevou os investimentos em ampliação, modernização e em aumento da produtividade, no mínimo, dos valores isentados”, afirma o diretor da empresa, João Francisco Salomão. Assim como a ITS, a Acreplast também já obteve aprovação de projeto na autarquia com vistas à redução do IRPJ. “Com esse incentivo pretendemos investir na renovação tecnológica da empresa. Assim, teremos condições de ampliar a nossa capacidade operacional e oportunidade de ofertar novos produtos”, destaca o diretor da Acreplast, Raiolando Costa.



“Com o incentivo fiscal da Sudam a empresa elevou os investimentos em ampliação, modernização e em aumento da produtividade, no mínimo, dos valores isentados”
João Francisco Salomão



Fonte: CIBFF/SUDAM

Amazonas é campeão de projetos

O Amazonas é o estado com o maior número de projetos de incentivos fiscais aprovados na Sudam. Dos cerca de 800 projetos aprovados desde 2007, 450 (59%) são do estado amazonense. Os números se justificam pela presença na capital manauara do Pólo Industrial de Manaus (PIM) e da Zona Franca de Manaus. O Pólo abriga mais de 500 empresas, onde predominam indústrias de produtos eletrônicos de alta tecnologia na área de televisão e informática. Há também o pólo de duas rodas, com empresas montadoras e seus fornecedores de peças, sendo que muitos destes estão instalados na própria cidade.

Em Manaus, as indústrias produzem bens de consumo que abastecem todo o Brasil e que incrementam a economia regional graças aos incentivos fiscais concedidos pela Sudam. É o caso, por exemplo, da Yamaha Motor Eletronics do Brasil LTDA, presente no PIM desde 1985. Com o apoio dos incentivos concedidos pela Sudam a empresa investe e amplia sua planta industrial mantendo mais de 2.900 empregos diretos, contando com sua subsidiária integral - a Yamaha Componentes da Amazônia. Além disso, tem sido possível à Yamaha

atrair alguns fornecedores internacionais para o PIM, o que significa geração de emprego e renda, além do conhecimento técnico na fabricação de componentes. Na opinião do Diretor Institucional, Jaime Matsui, os incentivos fiscais da Sudam têm papel preponderante no desenvolvimento da Yamaha, pois vinculam o benefício fiscal à realização de investimentos específicos em projetos e desenvolvimento. Para ele, isso implica na agregação de tecnologia aos produtos fabricados no PIM. "O apoio da Sudam tem sido essencial para seguirmos na senda de crescimento da produção e na agregação de tecnologia em nossos produtos", afirma Matsui.



Fonte: CIBFF/SUDAM





Ives Gandra

Uma parceria entre a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), resultou, neste ano, na publicação denominada “Marco Regulatório – Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio – ALCS”. O trabalho contou, ainda, com a participação das Secretarias de Estado da Fazenda do

Amazonas – SEFAZ/AMAZÔNIA e Municipal de Finanças e Controle Interno – SEMEF/Manaus, e com a consultoria especializada da Fundação Centro de Análises, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI.

Os técnicos da Sudam fizeram um levantamento minucioso sobre os incentivos fiscais administrados pela autarquia, seus critérios de habilitação e a legislação a eles pertinente.

No prefácio, o tributarista Ives Gandra Martins declara-se defensor da prorrogação do gozo dos benefícios fiscais de 2013 para 2023 e ressalta a importância do levantamento para o estudo “não só da política de estímulos tributários adotada para a região, como realça a importância que tal política governamental, oriunda da metade do século passado, tem auxiliado no desenvolvimento deste importante espaço nacional”.

O tributarista encerra o prefácio afirmando: “Excelente, o livro;

magnífica, a didática; estupendo, o esclarecimento para atração de investimentos. Tenho considerado, no curso destes anos, ser este o grande desafio da nacionalidade, ou seja, a preservação da maior região de riquezas naturais do país, sem interferências ou cobiça alheia”.

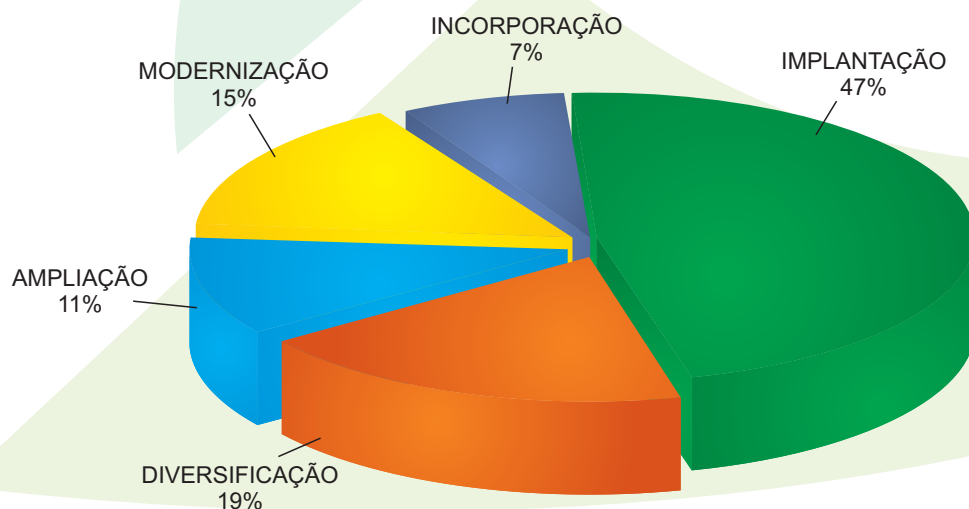
“Excelente, o livro; magnífica, a didática; estupendo, o esclarecimento para atração de investimentos. Tenho considerado, no curso destes anos, ser este o grande desafio da nacionalidade, ou seja, a preservação da maior região de riquezas naturais do país, sem interferências ou cobiça alheia”

Redução Fixa de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)

Esse tipo de incentivo é voltado para os empreendimentos que se implantarem, ampliarem, diversificarem ou modernizarem. Para tanto, devem estar enquadrados em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Uma vez aprovado o projeto, a empresa terá direito à redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos. A redução do IRPJ é, disparado, o tipo de incentivo fiscal que concentra a maior demanda de projetos na Sudam.

Projetos de redução do IRPJ aprovados, por modalidade

IMPLANTAÇÃO	DIVERSIFICAÇÃO	AMPLIAÇÃO	MODERNIZAÇÃO	INCORPORAÇÃO
318	132	75	104	50
47%	19%	11%	15%	7%

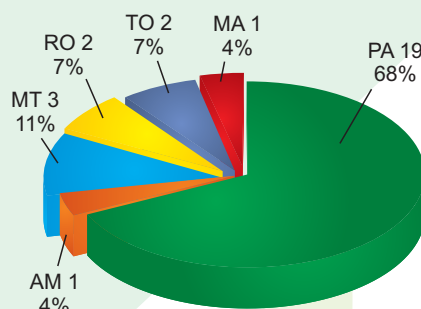


Fonte: CIBFF/SUDAM

Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

Os empreendimentos que se implantarem na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento regional, segundo avaliações técnicas específicas, realizadas pela Sudam, até 31/12/2010 (prorrogação tramitando), poderão pleitear a Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), nas operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados. Os empreendimentos precisam ser declarados, pela Sudam, como de interesse para o desenvolvimento regional, para terem o direito às isenções. Essa é a segunda maior demanda de projetos. Desde 2007, a isenção do AFRMM apresentou resultados demonstrados a seguir.

Projetos AFRMM Aprovados por estado



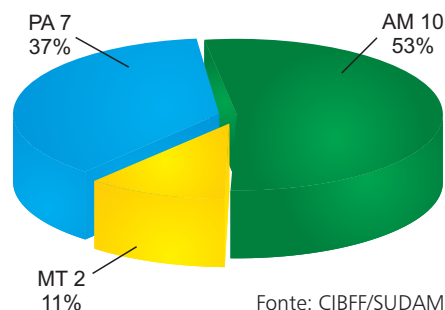
Fonte: CIBFF/SUDAM

Reinvestimento 30% IRPJ

Um pouco mais recente, esse incentivo ainda é pouco conhecido no setor empresarial da Amazônia. Porém, gradativamente, tem aumentado a demanda de projetos. O Depósito para Reinvestimento de 30% do IRPJ é um tipo de incentivo fiscal disponibilizado às empresas que tenham empreendimentos econômicos em operação na Amazônia. Assim como a redução do IRPJ esses projetos precisam estar

enquadrados em setores considerados prioritários. O Reinvestimento consiste no depósito, no Banco da Amazônia, de 30% do valor do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) devido, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios. Esses recursos deverão ser, obrigatoriamente, aplicados na área de atuação da Sudam, exclusivamente na aquisição de máquinas e equipamentos novos. Esse é o terceiro tipo de maior demanda nos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam.

Projetos Reinvestimento Aprovados por estado



Fonte: CIBFF/SUDAM

Sudam dispõe de incentivos fiscais pouco explorados

Dois tipos de incentivos, embora legalmente habilitada a conceder, a Sudam tem tido pouca demanda de fazê-lo. Possivelmente, isso ocorre devido à pouca informação nos meios empresariais de suas vantagens. São elas a Depreciação Acelerada (DA) e o Programa de Integração Social – PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Mesmo entre os empresários e escritórios de projetos, a Depreciação Acelerada Incentivada para o Cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) ainda é pouco conhecida. Por isso, gera uma demanda inferior à esperada. Pessoas jurídicas, que tenham projeto aprovado nas microrregiões menos desenvolvidas estabelecidas na legislação, poderão gozar do direito a esses incentivos de acordo com o valor

de bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2013. Os municípios inseridos nessas microrregiões, constam do Anexo I (único) da Portaria nº 1.211, de 20 de dezembro de 2006, do Ministério da Integração Nacional. O incentivo é concedido de acordo com o valor da depreciação acelerada do bem de forma integral e no próprio ano de aquisição. Constitui-se em exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real. Necessariamente, deve ser escriturada no livro fiscal de apuração do lucro real. O total da depreciação (normal e acelerada) não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem. Já o Programa de Integração Social – PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS refere-se a bens adquiridos no mesmo

período da DA, mas que sejam destinados à incorporação do ativo imobilizado das pessoas jurídicas com projeto aprovado em microrregiões menos desenvolvidas. Tais empreendimentos poderão gozar do direito ao desconto do PIS/PASEP e da COFINS, no prazo de 12 meses a partir da aquisição dos créditos. O incentivo terá o valor do crédito do PIS/PASEP e da COFINS calculado sobre os encargos de depreciação e amortização incorridos no mês. Para efeito desse incentivo, os bens devem estar enquadrados como: máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos relacionados no Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006. Maiores informações sobre os mecanismos de habilitação estão no site www.sudam.gov.br/incentivos/fiscais - Resolução nº 20/2010, do Condell da Sudam.

Setores prioritários ao Desenvolvimento

As empresas que desejam apresentar projetos para obter incentivos fiscais da Sudam, devem atentar para os critérios estabelecidos pela legislação (Regulamento aprovado pela Condel/Sudam Nº 20/2010), disponível no site: www.sudam.gov.br. Além de estarem obrigatoriamente instalados na Amazônia, os projetos devem apresentar pleitos e implantação, ampliação, diversificação ou modernização e ainda devem estar implantadas em funcionamento, operando a mais de 20% da sua capacidade instalada.

Na Sudam, desde 2007 até o fechamento desta edição, foram aprovados 318 projetos de implantação, 104 de modernização, 132 de diversificação, 75 de ampliação e 153 outros projetos de benefícios.

Para isso, as empresas devem estar enquadradas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional (Decreto Nº 4212/2002 e alterações posteriores).

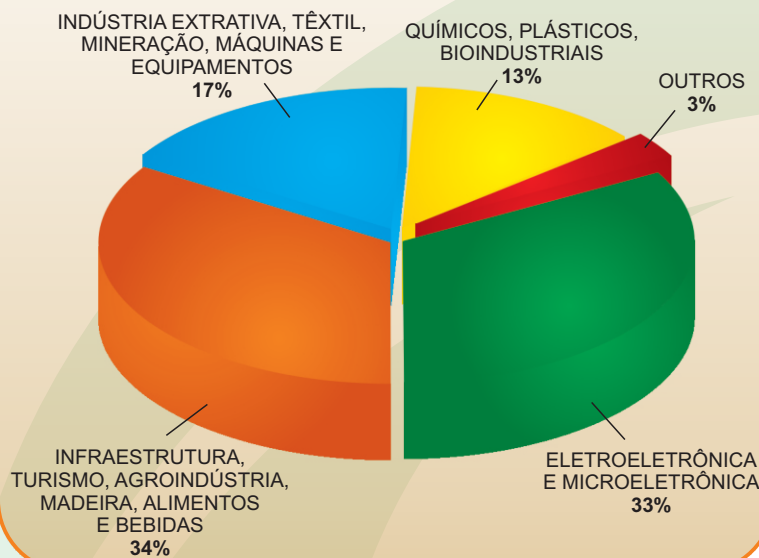
Implantação: corresponde à introdução de uma nova unidade produtora no mercado.

Ampliação: refere-se ao aumento da capacidade real instalada de uma ou mais linhas de produção.

Diversificação: a empresa deve introduzir uma ou mais linhas de produção com ou sem exclusão das linhas de produção já existentes e que resultem em produto diferentes dos que já existem.

Modernização: pode ser total ou parcial. Ocorre quando ficar caracterizadas modificações no processo produtivo ou no serviço final ao ponto de apresentar melhores resultados em relação ao produto anterior.

PROJETOS APROVADOS POR SETOR ECONÔMICO PRIORITÁRIO 2007 A 2010.



Fonte: CIBFF/SUDAM

Descrição	Quantidade
Infraestrutura, Turismo, Agroindústria, Madeira, Alimentos e Bebidas	213
Eletroeletrônica e Microeletrônica	210
Indústria Extrativa, Têxtil, Mineração, Máquinas e Equipamentos	107
Químicos, Plásticos e Bioindustriais	84
Outros	20

Fonte: CIBFF/SUDAM

Setores Prioritários

Vejamos, a seguir, a relação completa desses setores prioritários.

“São considerados prioritários para fins de Benefícios Fiscais os empreendimentos nos seguintes setores:

I - de infraestrutura, representados por empreendimentos em energia, telecomunicações, transportes, instalação de gasodutos, produção de gás, abastecimento de água e esgotamento sanitário (Decreto nº 6.539/2008);

II - de turismo, considerando os empreendimentos hoteleiros, centros de convenções e outros projetos, integrados ou não a

complexos turísticos, localizados em áreas prioritárias para o ecoturismo e turismo regional;

III - da agroindústria vinculada à produção de fibras têxteis naturais; óleos vegetais; sucos, conservas e refrigerantes; à produção e industrialização de carne e seus derivados; aquicultura e piscicultura;

IV - da agricultura irrigada, para projetos localizados em polos agrícolas e agroindustriais objetivando a produção de alimentos e matérias primas agroindustriais;

V - da indústria extrativa de minerais metálicos, representados por complexos produtivos para aproveitamento de recursos minerais da região desde que promovam a verticalização minerária, na forma disciplinada pelo conselho deliberativo da SUDAM (Decreto nº 6.674/2008);

mento Regional são beneficiados



Foto: Oswaldo Forte

Facepa: Indústria de celulose passou a ser beneficiada após alteração no decreto

VI - da indústria de transformação, compreendendo os seguintes grupos:

a) têxtil, artigos de vestuário, couros e peles, calçados de couro e de plástico e seus componentes;

b) bioindustriais, vinculados à fabricação de produtos decorrentes do aproveitamento da biodiversidade regional, nos segmentos de fármacos, fitoterápicos, cosméticos e outros produtos biotecnológicos;

c) Fabricação de máquinas e equipamentos (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos), considerados os de uso geral, para a fabricação de máquinas-ferramenta e fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico;

d) Minerais não-metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânico;

e) Químicos (exclusive de explosivos) e

petroquímico, materiais plásticos, inclusive produção de petróleo e seus derivados;

f) de celulose e papel, desde que integrados a projetos de reflorestamento, salvo quando utilizarem material reciclado; pastas de papel e papelão, artefatos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado; (Redação dada pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

g) madeira, móveis e artefatos de madeira; (Redação dada pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

h) alimentos e bebidas; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

i) material descartável, inclusive barbeador, canetas esferográficas e hidrográficas, demarcadores, lapiseiras, lápis de resina, minas de reposição, apontadores para lápis, escovas, isqueiros, chaveiros e outros

artefatos descartáveis; (Incluída pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

VII - da eletro-eletrônica, mecatrônica, informática, biotecnologia, veículos, exclusive de quatro rodas, componentes e autopeças;

VIII - indústria de componentes (microeletrônica);

IX - fabricação de embalagem e acondicionamentos; e

X - fabricação de produtos farmacêuticos, considerados os farmoquímicos e medicamentos para uso humano.

XI - fabricação de brinquedos; (Incluído pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

XII - fabricação de produtos óticos, incluindo óculos, armações e lentes; e (Incluído pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

XIII - fabricação de relógios. (Incluído pelo Decreto nº 6.810, de 2009).

Escritórios de projetos são parceiros na agilização do atendimento

Conscientes de seu papel de intermediários entre as políticas públicas governamentais para o desenvolvimento regional e a necessidade de respostas ágeis, característica da atividade empresarial, os escritórios de projetos espalhados pela Amazônia têm tido um papel decisivo na agilização do atendimento da equipe da Sudam na avaliação de projetos. Atuam na gerência da priorização de projetos mais eficazes e contribuem, significativamente, para a tomada de decisões, graças a suas equipes de profissionais qualificados em consultoria e elaboração de projetos. Seu papel primordial é de facilitador da capacidade da empresa em gerenciar sua carteira de projetos, atuando como uma central de informações

tanto sobre as possibilidades das empresas quanto das disponibilidades dos mais diversos modos de incentivos de que podem dispor, entre eles os incentivos fiscais administrados pela Sudam.

A Associação de Consultores do Amazonas (ASCON) vem acompanhando as várias etapas das políticas governamentais para a região. O vice-presidente Raimundo Lopes Filho, lembra que vivenciou vários momentos da extinta Sudam e agora acompanha, de perto, a Nova Sudam, e afirma que foi implementado um novo ritmo de trabalho, a partir de 2007. “Nem nos ‘melhores tempos’, a Sudam deu respostas tão rápidas como está dando agora”, frisa. Ele lembra que o período de transição foi muito difícil e que a

Amazônia se ressentiu muito com a ausência dos incentivos nesse

período. “A atual administração conseguiu, realmente, recuperar a imagem da instituição e, o mais importante, com os recursos humanos, embora escassos, advindos da antiga Sudam, que hoje estão motivados.

Quanto ao aumento de demanda de projetos na Sudam, Lopes afirma que isso é uma realidade e atribui ao que chamou de uma “resposta mais rápida” que a instituição tem dado, que resgata a sua credibilidade junto ao empresariado. Para ele, essa rapidez se coaduna com a competitividade da atividade empresarial. “Se o empresário não tiver o incentivo no momento certo, ele está fora do mercado”, afirma ele, lembrando que, comumente, na extinta Sudam, levavam-se, às vezes até dois anos para aprovar um projeto. “Hoje, levamos cerca de 60 dias para aprovar um projeto e isso é fantástico!”, afirma Lopes.



Raimundo Lopes
Vice-presidente da ASCON

“Nem nos ‘melhores tempos’, a Sudam deu respostas tão rápidas como está dando agora”
“Hoje levamos cerca de 60 dias para aprovar um projeto e isso é fantástico”



Antonio Carlos Silva
presidente da FIEAM

"A nova dinâmica implantada na atual administração conseguiu, praticamente, com os mesmos recursos humanos, motivar os funcionários e restaurar o amor próprio da instituição ... No Amazonas são mais de 390 projetos aprovados no período de 2007 a 2009, equivalentes a 70% dos incentivos fiscais concedidos."



Roberto Pires
Presidente da FIETO

"Essa nova configuração nos permitirá divulgar mais no Estado do Tocantins os incentivos fiscais da SUDAM, sobretudo, porque o acesso de empresas tocantinenses, com relação à obtenção desses benefícios, ainda é muito baixo." Roberto Pires - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins.



Raiolando Costa
diretor da Acreplast

"Com esse incentivo pretendemos investir na renovação tecnológica da empresa. Assim, teremos condições de ampliar a nossa capacidade operacional e oportunidade de ofertar novos produtos".



Jaime Matsui
Diretor Institucional da Yamaha

"Os incentivos fiscais da Sudam têm papel preponderante no desenvolvimento da Yamaha, pois vinculam o benefício fiscal à realização de investimentos específicos em projetos e desenvolvimento. O apoio da Sudam tem sido essencial para seguirmos na senda de crescimento da produção e na agregação de tecnologia".

Os incentivos fiscais e a dinamização das atividades empresariais



José Conrado*

Historicamente, a Sudam tem, em muito, contribuído para o desenvolvimento da Amazônia, em especial para o Pará.

No que tange ao setor produtivo, em particular a indústria, os Incentivos Fiscais (IF) operacionalizados pela Sudam têm possibilitado a implantação, diversificação, modernização e até realocação de atividades industriais dos mais diversos segmentos em espaços econômicos descentralizados. Mais recentemente, com o advento de Arranjos Produtivos Locais, os IF se tornaram instrumentos consistentes para promover, em futuro próximo, o desenvolvimento endógeno sustentável tão almejado.

Particularmente, os IF são instrumentos que possibilitam atrair para regiões periféricas, social e economicamente, atividades empresariais estratégicas, que venham promover sua dinamização. Por esse aspecto, os IF da Sudam têm induzido não apenas a atração de novas empresas, como o apoio fundamental às empresas já existentes.

Esses instrumentos, quando consistentemente operacionalizados, geram vantagens comparativas e competitivas em regiões que possuem custo econômico elevado frente às demais regiões brasileiras, sobretudo as mais dinâmicas. Eles possibilitam que essa oneração seja aviltada, criando mecanismos compensatórios para que as atividades empresariais venham obter escala econômica e competitividade, mesmo localizadas em áreas menos desenvolvidas.

A expectativa do empresariado em relação à Nova Sudam é que, cada vez mais, ela assuma o papel de ente federal principal na Região Amazônica para fins de planejamento e implementação do desenvolvimento regional. É esse, aliás, o seu papel fundamental, objeto de sua histórica invenção.

Para tanto, merece a instituição maior atenção e prioridade do Governo Federal, dotando-a de orçamento financeiro robusto e compatível com sua relevante atuação, além de infra-estrutura física adequada e capital humano suficiente e cada vez mais qualificado.

No caso só do Pará, estão previstos até o ano de 2014 cerca de US\$ 52 bilhões em investimentos, que promoverão efeito de transbordamento para geração de uma série de outras atividades produtivas setoriais.

Temos acompanhado a gestão moderna e compromissada com os desafios regionais dos dirigentes, não só da Nova Sudam, como anteriormente, ainda com a ADA, na pessoa do superintendente Djalma Mello e sua diretoria. Em que pese todas as dificuldades estruturais, a instituição está buscando a integração e o diálogo não apenas com o setor produtivo, do qual somos testemunhas pela Fiepa, como no âmbito de outras instituições de fomento e também governamentais em nível estadual.

A instituição está resgatando a credibilidade no meio empresarial. Porém, isso não acontece apenas pelo esforço natural dos atuais dirigentes, pois, sem o fortalecimento das instituições, versão das mais atualizadas para a promoção do desenvolvimento regional, além do aporte de recursos financeiros proporcionais às prioridades da região e célere atendimento satisfatório das demandas empresariais, fica difícil mudar o *status quo* das desigualdades sociais e econômicas, perversamente ainda vigentes na nossa querida Amazônia.

Tristemente, passamos a fase de paralisação de cerca de cinco anos no passado mais recente, quando foi jogada a pá de cal na Sudam e na Sudene, sendo posteriormente ressuscitada com a ADA e agora com a Nova Sudam. Essa fase deprimente ocasionou não apenas a perda pela região de recursos diretos na ordem de mais de cinco bilhões de reais (muito significativos para uma área carente, exaurida de recursos financeiros e poupança), mas

também a perda de credibilidade, funcionalidade e entendimento pela sociedade civil organizada da sua relevância institucional. Por isso, esse trabalho gigantesco de retomada dessa credibilidade tem sido difícil ao longo do tempo.

No tocante à tramitação dos projetos, em que pese as dificuldades, tem melhorado significativamente, embora achemos que a instituição precisa ser priorizada e melhor estruturada, bem como, sua legislação, urgentemente aperfeiçoada, visando à consecução de seu objetivo maior que é a promoção do desenvolvimento regional.

Estamos otimistas quanto ao futuro do Pará e do seu setor produtivo. Porém, é preciso que sejam atendidas as reivindicações, algumas históricas, já produzidas pela classe empresarial, em particular pela Fiepa, visando a aproveitar essa perspectiva concreta de crescimento econômico que já foram formuladas. Essas reivindicações dizem respeito à infra-estrutura social e econômica, à questão da C&TI, aos investimentos em educação profissional, técnica tecnológica, adoção de mecanismos outros de isonomia com os demais estados amazônicos de zona de livre comércio com desoneração dos tributos e contribuições de nível federal, etc. Caso contrário, corremos o risco de, mais uma vez, perdemos o bonde da história, ficando condenados ao subdesenvolvimento e mero exportador de insumos, os quais geram emprego e desenvolvimento em outros países e outras regiões mais dinâmicas e consolidadas sócio-economicamente.

os Incentivos Fiscais da Sudam têm induzido não apenas a atração de novas empresas, como o apoio fundamental às empresas já existentes.

***Presidente da Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará)**

Palestras e treinamentos divulgam benefícios na Amazônia

O bjetivando divulgar cada vez mais a existência e a importância dos incentivos fiscais para o desenvolvimento da região amazônica a Sudam tem intensificado a ida de técnicos da área a todos os estados da região com a meta de levar esse conhecimento a todos os agentes públicos e privados que podem usufruir direta ou indiretamente desses benefícios. Por meio de treinamentos, palestras e reuniões, em capitais e em municípios do interior com significativa representação empresarial, a Sudam tem mobilizado governos estaduais, setor empresarial, entidades de classe e prefeituras, abordando sobre os tipos, bem como a forma de acesso aos incentivos fiscais. Nas palestras são distribuídos folders e cartilhas informativas sobre a legislação do IRPJ, do Reinvestimento e AFRMM.

Em pelo menos três estados (PA, AP e AM) a Sudam e as Secretarias de Indústria e Comércio, ou similares, já firmaram cooperação técnica a fim de treinar servidores públicos locais, para atuar no auxílio a empresas que desejam obter os

incentivos fiscais. “Esse trabalho junto aos estados é importante porque os governos estaduais conhecem e estão mais próximos do setor empresarial do Estado”, afirma o superintendente da Sudam, Djalma Mello.



Superintendente Djalma Mello em palestra sobre incentivos fiscais

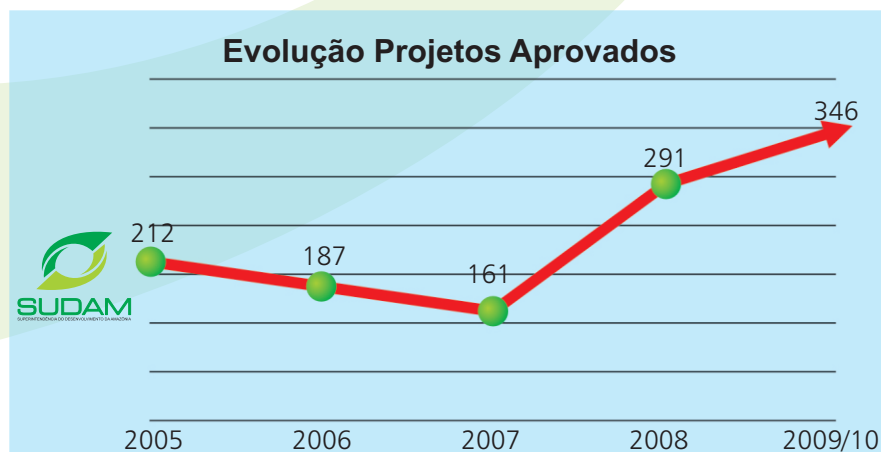
Projetos são aprovados em até 45 dias

A Sudam tem centrado esforços para agilizar o tempo de análise dos projetos que pleiteiam incentivo fiscal da autarquia. A equipe técnica, formada por engenheiros e economistas, tem trabalhado para analisar os projetos

em tempo real, evitando demora na tramitação. Com isso, a Sudam tem aprovado projetos em até 45 dias, tempo considerado recorde se comparado a anos anteriores em que os pleitos levavam até dois anos para obterem a aprovação.

Além de agilizar o tempo de análise, a equipe também conseguiu zerar a carteira de cerca de 800 projetos que estavam parados desde a extinção da antiga Sudam. “Isso significa um avanço, pois quanto menor o tempo para aprovação mais rápido será o investimento para a região”, lembra o coordenador-geral de incentivos fiscais da Sudam, Indalécio Pacheco. Para reduzir o tempo de tramitação na Sudam é importante que as empresas atendem para a documentação exigida no ato de apresentação dos projetos, o que agiliza, consubstancialmente, o trabalho da equipe técnica.

Maiores informações sobre os mecanismos de habilitação estão no site www.sudam.gov.br/incentivos/fiscais - Resolução nº 20/2010, do Condel da Sudam.



Fonte: CIBFF/SUDAM

O que a Amazônia ganha com os incentivos fiscais



Indalécio Pacheco*

*Economista, especialista em Gestão Urbana e Desenvolvimento e Coordenador Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais da SUDAM.

Sendo um defensor dos Incentivos Fiscais para a Amazônia, haja vista o processo histórico de atraso e ainda a forma não planejada de sua ocupação, que teve como concepção a tese de “Ocupar para não entregar”, penso ser absolutamente impossível resgatarmos essa enorme dívida com o amazônida, se não tivéssemos corretamente convencidos da importância da criação da SUDAM e sua Política de Incentivos Fiscais, criando condições e atrativos na Amazônia, para que a tenhamos como um patrimônio da nação brasileira e não universal como é o desejo das grandes potências econômicas mundiais.

A Sudam, como instrumento de desenvolvimento da macro economia regional, trabalha sua política de atração de investimentos, vinculada à Política de Incentivos Fiscais. A responsabilidade com que a instituição vem administrando estes incentivos, é uma expressão da prioridade efetiva da autarquia frente à problemática das desigualdades regionais, que desde sua recriação em 2007 aprovou mais de 800 projetos, que geraram e/ou mantiveram cerca de 490 mil empregos diretos e indiretos, contemplando os nove estados da Amazônia Legal, disponibilizando cerca de R\$ 10 bilhões de reais para o setor produtivo na região. Tal política vem sendo implementada tendo o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das cidades amazônidas. O crescente aumento do número de cidades que tem entre 80 e 300 mil habitantes é um dos sinais de que a Amazônia vem apresentando um bom nível de desenvolvimento econômico, indicando que a riqueza não se concentra apenas nas grandes metrópoles regionais, alcançando o interior, disseminando empregos e

oportunidades aos amazônidas mais distantes. Isso se deve, em grande parte, às políticas de equidades regionais, fundamentalmente os incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam.

Nesse contexto, o foco do desenvolvimento passa a incidir, portanto, sobre a dinamização econômica das pequenas e médias cidades amazônidas, como Ji-Paraná-RO, Rondonópolis e Várzea Grande-MT, Araguaína e Palmas-TO, Itacoatiara-AM, Marabá-PA, entre outras, que despontam como exemplos da nova configuração do desenvolvimento regional, onde a Amazônia passa a oferecer à sociedade brasileira um modelo, um novo caminho, para o desenvolvimento, revendo a lógica de pensar unilateralmente o crescimento econômico, trabalhando os grandes centros regionais, mas transferindo parte da distribuição da riqueza e da renda para aqueles que realmente mais necessitam. A cidade de Marabá-PA, o “Tigre da Amazônia” como já é conhecida, com mais de 200.000 habitantes é um exemplo claro desse novo modelo. Apresenta hoje um PIB de 3 bilhões de reais, um crescimento econômico anual de aproximadamente 20%, renda per capita de R\$ 16.000, tornando as regiões sul e sudeste do Pará, umas das mais promissoras do país. A industrialização dinamizou outros setores da economia local, como o comércio e serviços, que apresentam potencial de movimentar cerca de R\$70 milhões por mês. Esses dados fazem Marabá ser, entre as cidades médias, a que mais cresce no país, depois da paulista Hortolândia com sua taxa de crescimento de 22,6% ao ano.

Então, essa é a Amazônia que queremos, uma região promissora, com grandes investimentos públicos e privados, envolvendo os entes federados, as forças sociais relevantes e os vários setores produtivos, tendo em vista um desenvolvimento, em harmonia com as diretrizes governamentais de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade sócio-ambiental. Pensar a Amazônia para o amazônida é, sobretudo, colocar a força do estado brasileiro a serviço do desenvolvimento regional. Nesse sentido, descolar o crescimento econômico dos Incentivos Fiscais e financeiros diferenciados beira a irresponsabilidade social, pois os países desenvolvidos adotam tais políticas compensatórias dentro de um pacote de incentivos permanentes e não transitórios.

A Amazônia, hoje, não mais “sobrevive” sem essa importante política de atração de investimentos. É indiscutível, portanto, a relevância dos incentivos fiscais e

financeiros para o desenvolvimento da região amazônica, obviamente, que aliados a outros instrumentos de políticas compensatórias de desenvolvimento regional. Portanto, temos uma responsabilidade urgente e uma necessidade vital para a Amazônia, que é cobrarmos do Congresso Nacional agilidade na tramitação e aprovação do Projeto de Lei 4.000 (dep. Beto Faro PT-PA), que prorroga os incentivos fiscais já existentes, a fim de assegurarmos o avanço no desenvolvimento regional, reduzindo os efeitos de um processo histórico de separatismo, que trouxe à região uma enorme dívida social, que só agora estamos conseguindo reverter, levando o desenvolvimento aos amazônidas mais distantes, e não somente às grandes cidades/capitais, mas às pequenas e médias cidades desta bela Amazônia.

Precisamos, portanto, não só defender com “unhas e dentes” a manutenção dos Incentivos Fiscais, mas se queremos uma Amazônia com forte atração de investimentos, com ocupação ambientalmente responsável, empregos dignos para este povo sofrido, porque não pensar uma proposta de longo prazo para esta política fiscal temporária, o que a tornaria mais eficaz do ponto de vista dos investimentos de longo prazo, tornando a Amazônia forte o suficiente para enfrentar o grande e maior desafio da nação amazônida, que é preservar sua enorme floresta, a maior riqueza natural do planeta, sem interferências e gestão de mecanismos internacionais.

"A Amazônia passa a oferecer à sociedade brasileira um modelo, um novo caminho, para o desenvolvimento, revendo a lógica de pensar unilateralmente o crescimento econômico, trabalhando os grandes centros regionais, mas transferindo parte da distribuição da riqueza e da renda para aqueles que realmente mais necessitam."

Sudam incentiva empresas que investem em responsabilidade social

Convergingo para uma tendência que vem se consolidando nas instituições governamentais e não-governamentais, a Sudam também tem buscado uma integração com empresas e empreendimentos conscientes de seu papel de indutor do desenvolvimento. Atenta para o conceito de responsabilidade social empresarial, alia-se a empreendimentos com visão empreendedora mais preocupados com o entorno social. Nessa visão, a atividade econômica é um meio para se atingir um desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos atores sociais.

Essas são características presentes nos projetos de responsabilidade social das empresas beneficiadas pela política de Incentivos Fiscais da Sudam.

Um bom exemplo vem de uma empresa que tem projetos voltados à melhoria de vida de crianças e adolescentes. É a Moto Honda da Amazônia. Com filial em Manaus, a empresa possui parceria com o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), que dá suporte no tratamento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos atendidas em hospitais da cidade. A Moto Honda também possui as iniciativas "Prato Cidadão" e "Prato Fácil", que visam a garantir refeições diárias e de qualida-

de para as populações da região metropolitana de Manaus. Para dar suporte a essa ação, a empresa também conta com um projeto agrícola que doa hortifrutigranjeiros a escolas públicas e instituições assistenciais.

Para o superintendente da Sudam, Djalma Mello, isso reforça o duplo comprometimento da instituição com a melhoria da qualidade de vida do homem amazônida. Tanto do ponto de vista de sua missão institucional de promover o desenvolvimento regional sustentável e planejar as políticas públicas para a região, gerando emprego e renda, quanto da promoção da inclusão social, da melhoria da qualidade de vida e da redução das desigualdades regionais, ambos preceitos constitucionalmente estabelecidos, a Sudam busca atingir com suas ações as pessoas que nela habitam, garantindo-lhes a dignidade humana de que necessitam.



Paulo Takeuchi,
Diretor-Sênior da Moto Honda

empresas mais verticalizadas do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, em conjunto com a Honda Componentes da Amazônia (HCA) e a HTA Indústria e Comércio.

Além dos projetos de responsabilidade social que mantém, a empresa também adota políticas de preservação do meio ambiente e respeito ao ser humano, que são prioridades da Honda desde o início de suas atividades no Japão, em 1948. Segundo o Diretor-Sênior da Moto Honda, Paulo Takeuchi, no Brasil, a empresa realiza ações que contribuem com a conscientização da sociedade e implanta políticas de gestão e de proteção

ambiental, com metas voltadas ao uso racional dos recursos naturais. "Adotamos um sistema de tratamento de água por osmose reversa nas cabines de pintura e sistema de coleta de água centralizada na cisterna de captação, sem contato com águas pluviais", afirma ele. Além disso, o descarte de efluentes é feito na Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da própria fábrica.

Outro exemplo é a empresa Votorantim Cimentos, que possui filial em Barcarena (PA), apoia, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o projeto "Crianças e Adolescentes: Prioridade Absoluta". O projeto atende mais de 500 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos e tem por objetivo reduzir a fragilidade familiar e a vulnerabilidade do público infanto-juvenil de Barcarena às drogas, abuso e exploração sexual, violência doméstica, gravidez precoce, trabalho infantil, repetência e evasão escolar. As ações são desenvolvidas a partir de reforço escolar, oficinas e práticas de esportes.

Produtividade aliada ao meio ambiente

A Moto Honda da Amazônia é líder absoluta em vendas no mercado brasileiro de motocicletas. Atualmente, detém 77% de participação nas vendas. Em 2009, produziu cerca de 1,2 milhão de unidades e a previsão para 2010 é que de 1,4 milhão. É uma das



Crianças atendidas pelo projeto social da Moto Honda

Um novo panorama para uma nova Sudam



Inocêncio Gasparim*

Aos três anos de vida, a Nova Sudam já contabiliza um saldo bastante positivo, como resultado de sua atuação junto aos seus diversos públicos. Apesar de seu quadro de pessoal reduzido e superando várias dificuldades, vem conquistando uma relação próxima e constante com o empresariado, os grupos de representantes da sociedade civil, profissionais liberais que trabalham com projetos, e o público em geral, e vem resgatando seu papel institucional de articulador de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia, junto ao governo federal.

O Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos, Inocêncio Gasparim, avalia esse panorama e nos traz uma visão institucional sobre as transformações que as políticas públicas para a Amazônia vêm sofrendo nesse período e fala de metas para o futuro.

Quais foram as mudanças mais significativas no processo de análise dos projetos? Como era

esse processo na antiga Sudam e como é agora?

Inocêncio: Na extinta Sudam, não era necessário que a empresa estivesse efetivamente implantada e em funcionamento; a análise dos projetos era desenvolvida sem a realização de vistoria prévia aos empreendimentos pleiteantes; a empresa informava o atingimento do primeiro lucro da exploração do produto beneficiado para poder usufruir dos benefícios. Hoje, a empresa precisa comprovar a entrada em operação, com produção superior a 20% da capacidade instalada e os projetos agora precisavam dar entrada com a instrução completa, caso contrário são arquivados pela Sudam.

Que tipo de projetos incentivados são de referência na Amazônia?

Inocêncio: São os que possuem maiores investimentos realizados, responsáveis pela grande geração e manutenção de empregos, responsabilidade sócio-ambiental, produções realizadas e arrecadação de impostos.

Qual o público-alvo dos incentivos fiscais?

Inocêncio: Empresas que estiverem instaladas e em funcionamento na área de atuação da Sudam e que desenvolvam quaisquer das atividades que se enquadrem entre os setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional definidos no decreto nº 4.212/2002 e alterações posteriores. Estas empresas são o público-alvo com o intuito de promover o desenvolvimento na região, atraindo os investimentos para a Amazônia Legal.

O que faz do Amazonas o estado campeão de incentivos fiscais?

Inocêncio: A Zona Franca de Manaus,

no estado do Amazonas, goza de uma série de outros incentivos fiscais federais, estaduais e municipais, e, por este motivo, a atração de investimentos em empresas situadas naquele estado é maior, provocando uma maior demanda aos benefícios administrados pela Sudam, em comparação a outros estados.

Qual a importância dos incentivos fiscais para a Amazônia?

Inocêncio: A política de incentivos fiscais na Amazônia se deve ao esforço do Governo Federal em reduzir as desigualdades sociais entre as regiões brasileiras, fomentando o investimento na região, a geração de postos de trabalho, o incremento da capacidade instalada das indústrias, o desenvolvimento de tecnologias, etc. Os resultados efetivos são o incremento no nível de empregos, da produção, crescimento na arrecadação e tributos em todas as esferas, atração de novos investimentos.

Qual a meta da Sudam em relação aos incentivos fiscais, visto que seu principal objetivo é desenvolver a região?

Inocêncio: O objetivo do incentivo é de atrair o máximo de investimentos de empresas para se instalarem na região amazônica, proporcionando, dessa forma, incremento qualitativo e quantitativo nos níveis de emprego, da renda e da produção, contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos das esferas municipal, estadual e federal, tudo com vistas a promover a redução das desigualdades regionais.

***Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos e Superintendente Substituto**



*Investir na Amazônia
é acreditar no futuro!*



Ministério da Integração Nacional - MI
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
Av. Almirante Barroso, 426
CEP: 66093-906 Marco - Belém - Pará - Brasil
Fone: (91) 4008-5459
Website: www.sudam.gov.br
E-mail: ascom@sudam.gov.br
Ouvidoria: 0800 610 021

Edição Especial impressa em papel reciclado